



Adicionalmente, sugerimos que o Governo Federal incentive também a realização das auditorias das dívidas estaduais e municipais, especialmente aquelas refinanciadas pela União, tendo em vista a existência de ilegalidades e ilegitimidades também nesses processos.

2. Revisão de aspectos da política monetária. Revisão da política de metas de inflação. Estabelecimento de controle seletivo de capitais.

Propomos a revisão da equivocada política de metas de inflação, em vigor no Brasil, que tem servido para aumentar os juros e os ganhos dos rentistas, bem como o estabelecimento de eficientes mecanismos de controle do fluxo e aplicação de capitais.

O controle de inflação adotado no país é baseado em dois pilares principais: utilização dos juros como instrumento de controle de preços, e controle do volume de moeda em circulação.

Ocorre que ao elevar os juros nem sempre se controla a inflação. Estudos demonstram que cerca de 60% da inflação tem sido provocada pelo aumento do preço dos alimentos – devido a problemas climáticos e à especulação nas bolsas de commodities – e pelo aumento excessivo dos preços administrados pelo próprio governo (telefonias, transportes, combustíveis, taxa de água e esgoto, planos de saúde, cursos regulares, energia elétrica).

A alta dos juros não afeta o comportamento de tais preços, sendo, portanto, medida inócua para o perfil de inflação verificado no Brasil.

Por sua vez, o controle do volume de moeda em circulação não veio acompanhado do necessário controle do ingresso de capitais especulativos. Tal omissão tem permitido ao setor financeiro bancário trazer montanhas de dólares ao País – verdadeiros *tsunamis*, como V. Exa. mesma se manifestou – na certeza de que o Banco Central iria “enxugar” esse excesso de moeda em dólares, procedendo sua troca desses dólares por títulos da dívida pública.

Essas operações garantem lucros exorbitantes aos bancos privados, e graves prejuízos ao Banco Central – BC. Em 2009 o prejuízo operacional do BC com a manutenção das reservas internacionais foi de R\$147 bilhões; em 2010 de R\$ 50 bilhões e no primeiro semestre de 2011 mais R\$ 44,5 bilhões.

Esses prejuízos são transferidos à conta do Tesouro Nacional, por determinação da Lei de “responsabilidade” fiscal. Esta prática, no entanto, sacrifica compromissos de “responsabilidade social” a cargo do Estado, socializa o imenso prejuízo e, uma vez mais, a sociedade paga a conta.

É evidente que todos querem controle de inflação, mas tal controle não pode justificar uma política monetária insana, desumana e inconsequente, que provoca prejuízos avassaladores ao povo brasileiro. A inflação deveria ser combatida por meio do controle e até redução dos preços administrados pelo próprio governo.

Adicionalmente, é necessário avançar a reforma agrária (que tem sido limitada sob a alegação de falta de recursos), pois esta seria capaz de garantir a produção de alimentos para o consumo interno. Esta reforma deveria vir acompanhada de educação empreendedora, orientação, suporte técnico e insumos básicos iniciais adequados, para ser um eixo estratégico sustentável de renda familiar no campo, de mitigação da miséria e de subsistência produtiva, pelo trabalho cooperativo e dignificante.